



## LEI Nº 3.194/2016

### ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE BUTIÁ PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017.

**PAULO ROBERTO FÉLIX MACHADO**, Prefeito Municipal de Butiá, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte LEI:

#### CAPÍTULO I

##### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1.º** - Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2017, compreendendo o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

#### CAPÍTULO II

##### DO ORÇAMENTO FISCAL

##### Seção I

##### Da Estimativa da Receita

**Art. 2.º** - A Receita total estimada no Orçamento Fiscal é de R\$ 44.096.103,12.

##### RECEITAS CORRENTES

Receita Tributaria	4.916.000,00
Receitas de Contribuições	289.000,00
Receita Patrimonial	244.650,00
Receita Agropecuária	45.700,00
Receita de Serviços	18.100,00
Transferências Correntes	42.989.886,12
Outras Receitas Correntes	674.767,00
(-)Dedução	5.111.100,00
	<hr/>
	44.067.003,12

##### RECEITAS DE CAPITAL

Alienação de Bens	12.200,00
Transferência de Capital	4.800,00
Amortização de Empréstimos	10.000,00
Operação de Crédito	2.100,00
	<hr/>
	29.100,00

**Art. 3.º** - A estimativa da receita por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos, será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação vigente

e de acordo com o desdobramento constante nos Anexos, que ficam fazendo parte integrante desta lei.

**Seção II**

**Da Fixação da Despesa**

**Art. 4.º** - A Despesa total fixada no Orçamento Fiscal é de R\$ 44.096.103,12 (Quarenta e Quatro milhões noventa e seis mil cento e três reais e doze centavos), distribuída nas Categorias Econômicas e respectivos Grupos de Natureza da Despesa, constantes nos Anexos, que ficam fazendo parte integrante desta lei.

**Art. 5.º** - Estão plenamente assegurados recursos para os investimentos em fase de execução, em conformidade com Lei n.º 3519/2016 de 01 de Novembro de 2016, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2017, e com o art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000.

**Seção III**

*Da Distribuição da Despesa*

**Art. 6.º** - Além do quadro em anexo, a Despesa Total para o ano de 2017 está definida, de forma detalhada, nos Anexos, que ficam fazendo parte integrante desta lei.

**DEMONSTRATIVO POR ÓRGÃO**

Órgão	Valor
Câmara Municipal de Vereadores	1.950.000,00
Gabinete do Prefeito	1.423.551,00
Sec. Mun. de Administração	1.979.370,00
Sec. Mun. de Fazenda Planejamento e Gestão	4.851.700,00
Sec. Mun. de Obras	5.144.050,00
Sec. Mun. de Educação e Cultura	15.777.711,00
Sec. Mun. de Saúde	8.107.366,00
Sec. Mun. Turismo Esporte e Comunicação	549.016,00
Sec. Mun. de Agricultura e Meio Ambiente	1.062.130,00
Sec. Mun. do Trab., Cidadania e Ass. Social	2.006.359,12
Sec. Municipal de Desenvolvimento	366.550,00
Reserva de Contingência	878.300,00
<b>Total Geral :</b>	<b>44.096.103,12</b>



## Seção IV

### Da Autorização para Abertura de Crédito

**Art. 7.º** - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares:

- I – até o limite de (20%) Vinte por cento da despesa total fixada, para transposição, remanejamento ou transferência de recursos, com a finalidade de suprir insuficiências dos Orçamentos Fiscal respeitadas as prescrições constitucionais e os termos da Lei Federal nº 4320, de 1964, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação parcial ou total de dotações;
- II - mediante a utilização de recursos provenientes de excesso de arrecadação;
- III - para remanejar dotações orçamentárias no mesmo órgão e unidade orçamentária, existindo os elementos de despesa nas respectivas atividades ou projetos, até o limite da dotação;
- IV - mediante incorporação de superávit e/ou saldo financeiro disponível do exercício anterior, efetivamente apurados em balanço.
- V – com saldo de Recursos Vinculados não utilizados no exercício anterior, até o limite do saldo bancário livre.
- VI - também poderá ser considerado Superávit Financeiro do exercício anterior, os recursos que forem disponibilizados a partir do cancelamento de restos a pagar, durante o exercício de 2017, obedecida a fonte de recursos correspondente.

**Parágrafo único.** Excluem-se da base de cálculo do limite autorizado no Inciso I deste artigo os valores correspondentes à amortização e encargos da dívida e as despesas financiadas com operações de crédito contratadas e a contratar.

**Art. 8.º** - O limite autorizado no art. anterior, inciso I, não será onerado quando o crédito suplementar se destinar a atender :

- I - insuficiências de dotações do Grupo de Natureza da Despesa 1 — Pessoal e Encargos Sociais;
- II - pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortização, juros e encargos da dívida;
- III - despesas financiadas com recursos vinculados, operações de crédito e convênios.

**Art. 9.º** - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares para atender despesas relativas a aplicação ou transferência de receitas vinculadas que excedam a previsão orçamentária correspondente, inclusive proveniente de rendimentos financeiros, até o limite recebido.

**Art. 10** - A utilização das dotações com origem de recursos em convênios ou operações de crédito fica limitada aos efetivos recursos assegurados.

**Art. 11** - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário-financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria.



**Art. 12** - As transferências financeiras destinadas à Câmara Municipal estarão disponíveis até o dia 20 de cada mês.

**Art. 13** - O Poder Executivo Municipal poderá contrair financiamentos com agências nacionais e internacionais oficiais de crédito para aplicação em investimentos previstos nesta Lei, bem como oferecer as contragarantias necessárias à obtenção de autorização do Tesouro Nacional para realização destes financiamentos, conforme Lei Municipal específica.

**Art. 14** - O Prefeito, no âmbito do Poder Executivo, poderá adotar parâmetros para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas, para garantir as metas de resultado estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**Art.15** - A Lei de Orçamento Anual conterá reserva de contingência, equivalente a, no mínimo, 2% (dois por cento) da receita corrente líquida destinada ao atendimento de passivos contingentes constantes no Anexo de Riscos Fiscais e para o atendimento de outros riscos e eventos fiscais imprevistos e contrapartida de convênios e programas.”

**Art. 16** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**  
Em, 21 de Dezembro de 2016.

  
**PAULO ROBERTO FÉLIX MACHADO**  
Prefeito Municipal

**REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE**  
Em, 21 de Dezembro de 2016.

  
**DEISE MACHADO DE MOURA**  
Secretária Municipal de Administração